



**UFRRJ**

# Luta de Classes e Insurgências no Brasil: cultura e resistência simbólica

Relatório de Pesquisa Número 02 – Comportamento eleitoral, político e sociocultural dos manifestantes

Núcleo de Estudos do Poder-UFRRJ, Abril de 2015

Autor: Andrey Cordeiro Ferreira, professor adjunto DDAS-CPDA-UFRRJ



## **Introdução**

Apresentamos aqui dados parciais de uma pesquisa intitulada “Luta de Classes e Insurgências no Brasil”, realizada pelo NEP-UFFRJ, sobre os protestos de junho de 2013 no Brasil e seus desdobramentos, especialmente as greves e manifestações de rua de 2014. Nesse relatório apresentamos dados sobre comportamento eleitoral, político e sociocultural dos manifestantes. Os dados aqui apresentados no geral revelam um aspecto muito importante: não existe uma associação direta entre comportamento “eleitoral” e comportamento político nos protestos. Como veremos, existe uma tendência relativamente significativa e simultânea de voto no PT, apoio à tática Black Bloc e identificação com grupos de extrema esquerda. Ao mesmo tempo não existe uma relação associativa (seja em partidos, seja em sindicatos) para além do voto, o que coloca uma grande complexidade para as questões de comportamento político.

Do ponto de vista cultural, podemos perceber que existe uma tendência para uma combinação de elementos e símbolos de uma “cultura nacional” (como a relação com o samba) e a participação em movimentos contraculturais ou de cultura popular. Esse aspecto é extremamente destacado, especialmente em razão do destaque que poderíamos dar às subculturas que reinterpretam e tencionam a cultura nacional hegemônica e dominante.

## **A metodologia**

A pesquisa aqui apresentada está sendo realizada utilizando diferentes tipos de técnica, pesquisa bibliográfica, observação participante, pesquisa documental e aplicação de questionários e entrevistas. O questionário foi construído então tomando por base elementos da pesquisa qualitativa e da pesquisa teórica sobre o tema, sendo referenciados à totalidade da pesquisa e devendo assim serem entendidos. Fundamentalmente, seguimos o pressuposto da necessidade de co-relacionar condições materiais (variável demográfica e socioeconômica) com imateriais ou subjetivas, a visão de mundo, experiência e cultura (expressos nas variáveis sobre comportamento político e cultura). A estrutura do questionário reflete esse pressuposto da sociologia dialética.

Os questionários que produziram os dados aqui apresentados foram realizadas eletronicamente, por meio da plataforma surveymonkey, sendo iniciada em dezembro de 2014. A plataforma permite diferentes tipos de distribuição do questionário.

Em 12 de março de 2015 temos 285 entrevistados, de diferentes estados do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Brasília, Bahia, Pernambuco. As pesquisas

realizadas anonimamente com questionário composto por 53 questões permitia a não resposta para vários de seus itens. A meta é construirmos uma amostra de mil questionários distribuídos pela macrorregiões do país de forma a ter uma visão efetivamente nacional. As respostas foram assim distribuídas:

#### **A Web Link**

Respostas: 269

#### **M Email Invitation 1**

Respostas: 2

#### **M Email Invitation 2**

Respostas: 7

#### **N Facebook Post 1**

Respostas: 7

Desde 07/12/2014

O maior número de respostas foi obtido por meio do link da web no site do NEP. Isso garante uma maior impessoalidade na distribuição dos pesquisados. Além disso, fizemos divulgação em diferentes páginas do Facebook (em grupos de mídia, ativistas, associações como a Sociedade Brasileira de Sociologia e outras). Divulgamos o questionário para diversas categorias ocupacionais, como estudantes, professores, garis, petroleiros e outras categorias de trabalhadores. Esse questionário está basicamente refletindo então a diversidade regional e ocupacional de assalariados. Ainda pretendemos fazer um levantamento sobre o setor empresarial.

Os dados aqui apresentados são resultados de uma tabulação preliminar e apenas totalizam as respostas de cada questão. Pretendemos no futuro realizar co-relações e gráficos mais complexos, de forma a dar uma visão mais acurada dos mesmos.

### **1. Comportamento eleitoral, associativo e político**

Aqui estão reunidas questões referentes ao voto nas eleições presidenciais e de governos estaduais, sobre filiação a partidos políticos e sindicatos e participação em manifestações de rua.

Figura 1 - Quadro do comportamento eleitoral dos pesquisados

Voto Presidente 1 Turno

	Não Votou	Votou em Branco	Votou Nulo	Não sabe/lembra	PMDB	PT	DEM	PCdoB	PSB	PSDB	PTC	PSTU	PCB	PSOL	Total
2006	41,12%	1,87%	14,02%	4,67%	0,93%	22,43%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,93%	0,00%	10,28%	107
2010	29,63%	0,93%	21,30%	1,85%	0,00%	23,15%	0,00%	0,93%	0,00%	0,00%	0,00%	0,93%	0,00%	12,04%	108
2014	30,00%	0,00%	19,09%	0,00%	0,00%	23,64%	0,00%	0,00%	3,64%	0,00%	0,00%	0,00%	0,91%	20,91%	110

Voto Presidente 2 Turno

	Não Votou	Votou em Branco	Votou Nulo	Não sabe/lembra	PMDB	PT	DEM	PCdoB	PSB	PSDB	PTC	PSTU	PCB	PSOL	Total
2006	40,78%	1,94%	15,53%	3,88%	0,00%	35,92%	0,00%	0,00%	0,00%	0,97%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	103
2010	28,85%	1,92%	25,00%	2,88%	0,00%	39,42%	0,00%	0,00%	0,00%	0,96%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	104
2014	31,78%	0,93%	19,63%	0,00%	0,00%	44,86%	0,00%	0,00%	0,00%	1,87%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	107

Voto Governador 1 Turno

	Não Votou	Votou em Branco	Votou Nulo	Não sabe/lembra	PMDB	PT	DEM	PCdoB	PSB	PSDB	PTC	PSTU	PCB	PSOL	Total
--	-----------	-----------------	------------	-----------------	------	----	-----	-------	-----	------	-----	------	-----	------	-------

	<b>40,78%</b>	<b>1,94%</b>	<b>18,45%</b>	<b>11,65%</b>	<b>0,97%</b>	<b>14,56%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,97%</b>	<b>0,97%</b>	<b>0,00%</b>	<b>2,91%</b>	<b>0,00%</b>	<b>3,88%</b>	
<b>2006</b>	42	2	19	12	1	15	0	0	1	1	0	3	0	4	103
<b>2010</b>	28	1	23	10	0	15	0	0	0	1	0	2	0	16	105
<b>2014</b>	33	0	24	1	1	25	0	0	0	0	0	0	0	23	109

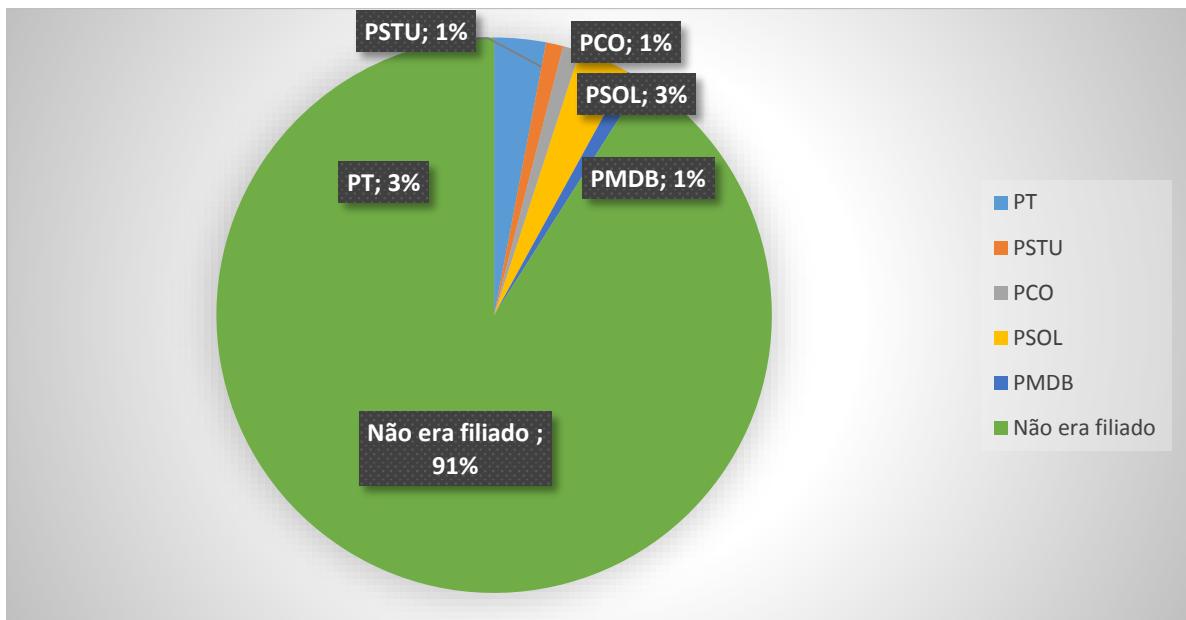
#### Voto Governador 2 Turno

	Não Votou	Votou em Branco	Votou Nulo	Não sabe/lembra	PMDB	PT	DEM	PCdoB	PSB	PSDB	PTC	PSTU	PCB	PSOL	Total
<b>2006</b>	44,44%	4,04%	21,21%	10,10%	1,01%	15,15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,01%	0,00%	0,00%	99
<b>2010</b>	36,73%	1,02%	27,55%	12,24%	1,02%	17,35%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,02%	98
<b>2014</b>	42,72%	0,97%	30,10%	1,94%	0,97%	14,56%	0,00%	0,00%	1,94%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	103

Os dados sobre comportamento eleitoral são bem interessantes. Considerando as três últimas eleições (2006, 2010, 2014) para os cargos de Presidente e Governador, podemos observar o seguinte. Em 2006 os 58% dos pesquisados declararam não ter votado ou ter cotado branco ou nulo no primeiro turno das eleições para governador, sendo de 55% em 2010 e 51% em 2014. Há uma tendência de queda do número de pesquisados que declarou não ter votado, de 40% para 30%. Há uma tendência dos votos no PT aumentarem no 2 turno, como podemos ver, em 2006, 22% votaram no PT no primeiro turno e 35% no segundo; em 2010, 23% no primeiro turno e 39,4% no segundo turno; em 2014, 23% no primeiro turno e 44% no segundo. É significativo o crescimento dos votos no PSOL no período, que duplicaram entre os pesquisados, de 10% em 2006 para 20% em 2014 e são estes votos que migram para o PT no segundo turno no caso das eleições presidenciais. No caso das eleições para Governador o índice de marginalidade em relação ao sistema eleitoral é grande; quase, sendo que depois de 2014 e especialmente no segundo turno, as diferentes formas de abstenção eleitoral alcançaram 70% dos pesquisados. Os votos dos eleitores do PSOL, nesse caso, vão para a abstenção eleitoral.

Desses dados podemos extrair algumas conclusões significativas: existe uma grande marginalidade tendencial em relação ao sistema eleitoral. Por um lado, o número de formas de abstenções nas eleições presidenciais declina entre 2006 e 2010 de 58% para 51%; a polarização no segundo turno parece aumentar a concentração de votos dispersos em outras candidaturas no PT. Mas o mesmo não ocorre nas eleições para governador, de forma que muitos dos que votam no PT para a Presidência se abstêm ou votam nulo para os Governos estaduais. Isso significa também que tomando o ano de 2013, os protestos não afetaram os votos no PT, ao contrário, o que ocorreu foi uma polarização de polarizações: por um lado, a marginalidade representada pelas diferentes formas de abstenção alcançou quase 50% dos pesquisados; por outro lado, a polarização de candidaturas no segundo turno atraiu praticamente 44% dos pesquisados. Isso significa que dentro do sistema eleitoral, o efeito-polarização tira votos das candidaturas e partidos “menores” ou de oposição e concentraram no próprio PT. Isso significa que um dos efeitos dos protestos de junho não foi um enfraquecimento eleitoral do PT entre os manifestantes, mas um crescimento conjunto da marginalidade estrutural e do efeito-polarização eleitoral.

Nesse sentido, uma perspectiva histórica nos permite perceber que não há uma relação direta entre os protestos e um comportamento eleitoral determinado, mas sim entre os protestos de 2013 as tendências de marginalização em relação ao sistema eleitoral e polarização dentro do sistema eleitoral.



*Figura 2 - Filiação partidária*

Os dados acima nos permitem observar uma questão ainda mais importante: ser eleitor dos partidos não implica na filiação a partidos. 91% dos pesquisados não era filiado a nenhum partido político antes de 2013. Os filiados do PT e do PSOL eram em número ligeiramente maior que os do PSTU, PCO e PMDB (únicos partidos que aparecem com algum tipo de filiação). Certamente, outros Partidos (como PCdoB, PCB) tiveram participação importantes em diversos momentos dos protestos, e podemos considerar aqui que o seu não registro entre os pesquisados reflete ainda uma característica da amostra. De toda forma se considerarmos os dados em seus grandes conjuntos, filiados a partidos de “esquerda”, partidos de “centro e direita” e não-filiados, a amostra expressa um componente fundamental: a maioria absoluta dos pesquisados, e isto pode ser considerado como representativo dos manifestantes: ou a associação partidária era marginal ou era uma associação em partidos de esquerda, em uma minoria, mas ainda assim expressiva.

Outro dado importante é exatamente que o campo dos eleitores dos partidos é muito mais amplo e diversificado do que o dos filiados dos partidos. Como vimos, o número de eleitores do PSOL e do PT se destacam entre os pesquisados, mas nem por isso eles conseguem tornar os eleitores associados dos partidos. Nesse sentido, existe uma dissociação entre o comportamento ou racionalidade eleitoral e o comportamento associativo.

Figura 3 - Participação em passeatas e manifestações entre 2008 e 2013

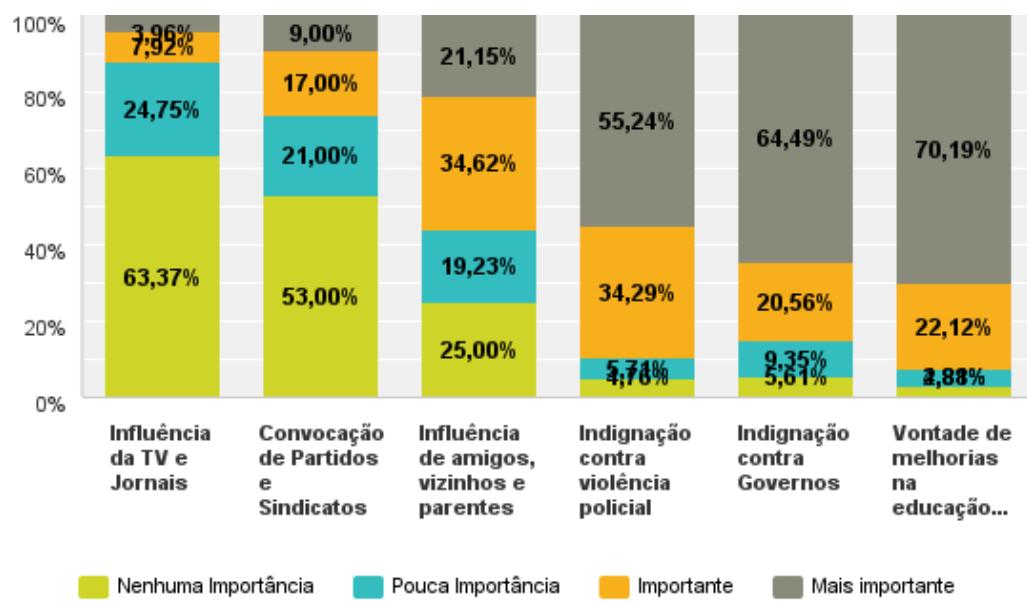
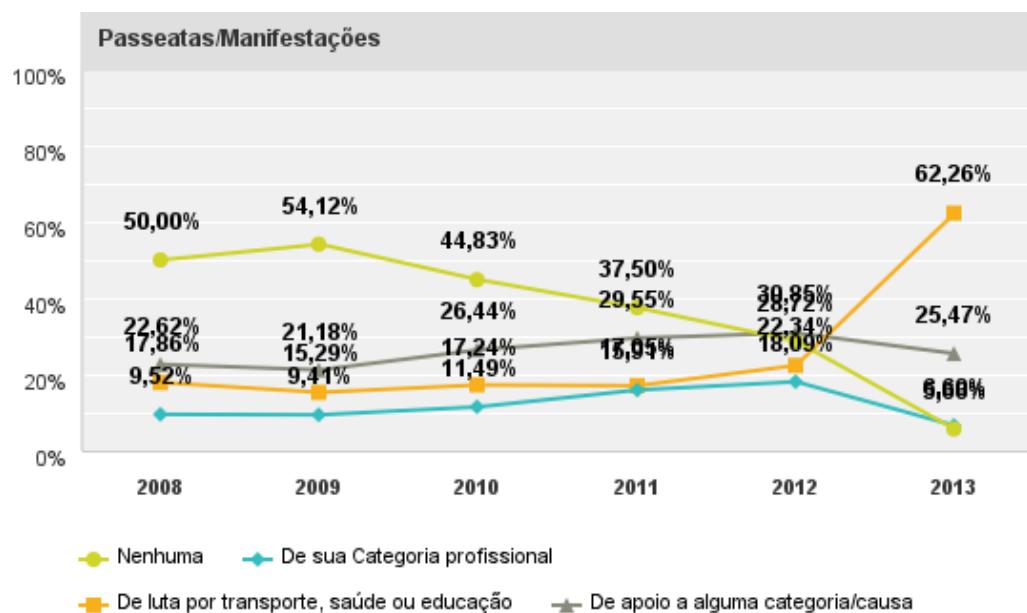
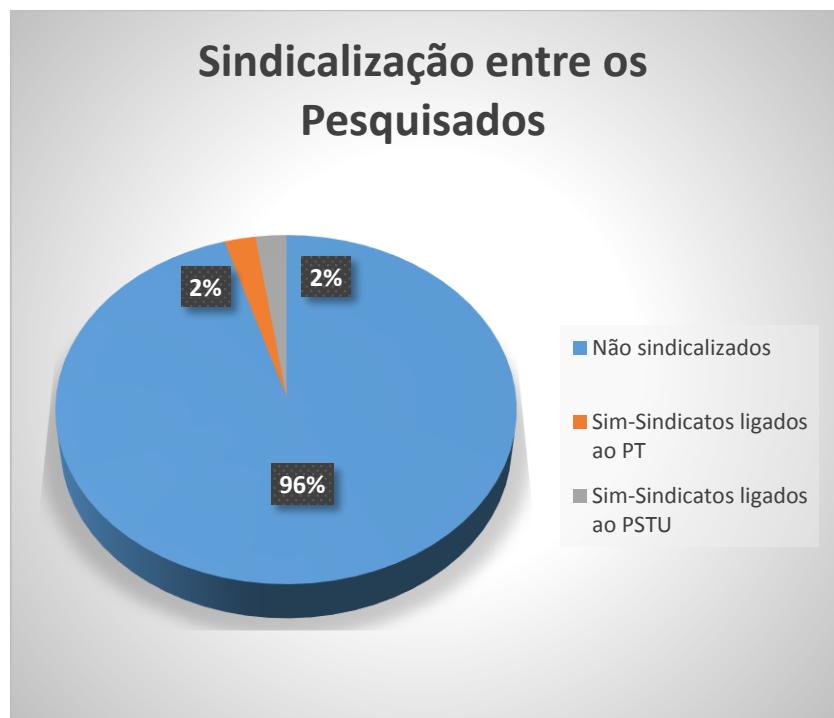


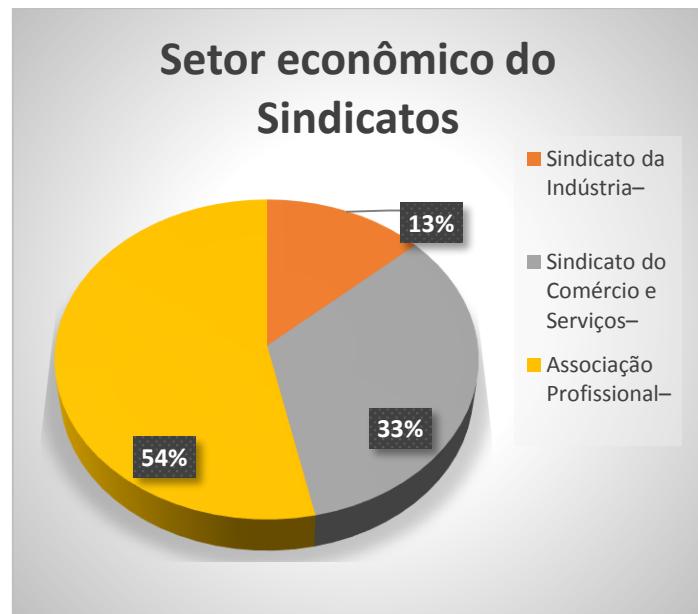
Figura 4 - Caso tenha participado de manifestação de ruas, o que influenciou você a ir?

Os dados sobre participação política e atividades de resistência social são também elucidativos. Entre 2008 e 2010 existiu uma tendência de pelo menos 50% dos pesquisados não participarem em passeatas/manIFESTAÇÕES. Mas a partir de 2011 o número dos que participam começa a crescer, especialmente em ações de solidariedade (apoio a categorias/causas) e em menor medida, das categorias profissionais. O que podemos observar é que a inversão entre os pesquisados se dá em 2012, quando o número daqueles que participam em atividades de rua é

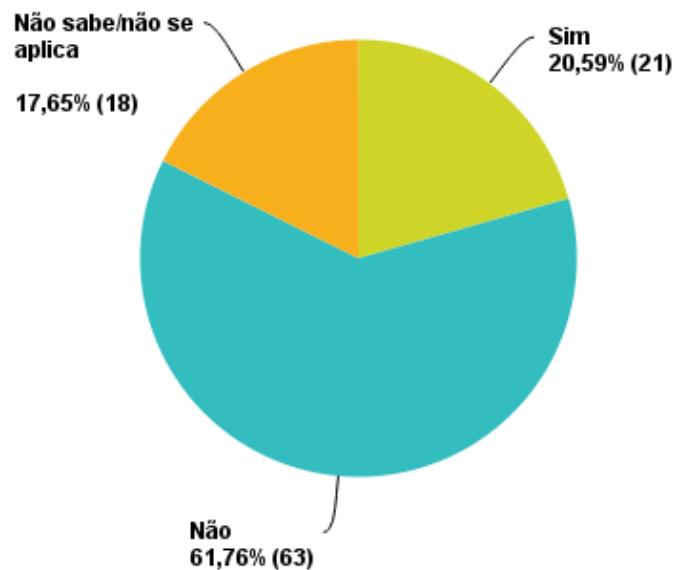
maior do que os que não participam. O ano de 2013 vai apresentar um “boom” de participação, com praticamente a totalidade dos pesquisados participando de passeatas/manifestações de reivindicação de direitos coletivos (transporte, saúde e educação). Com relação às formas organizativas que influenciaram a ação coletiva, vemos que os meios de comunicação não tiveram nenhuma ou pouca importância em 88% dos casos; no caso da convocatória de partidos e sindicatos, ela foi importante para 26% dos pesquisados; mas o fator determinante foi a influência de amigos, vizinhos e parentes que foi o fator importante ou mais importante para 55% dos pesquisados, indicando o significado das organizações informais e domésticas para a ação coletiva. Do ponto de vista das expectativas e motivações, vemos que a indignação contra violência policial (55%), contra governos (64%) e vontade de melhorias em serviços públicos e coletivos (70%), expressam que as demandas coletivas tiveram uma importância maior que o sentimento antigovernamental e anti-policial.



*Figura 5 - Associação em sindicatos*



*Figura 6 - Setor econômico dos sindicatos*



*Figura 7 - Já acionou o sindicato para resolver algum problema trabalhista?*

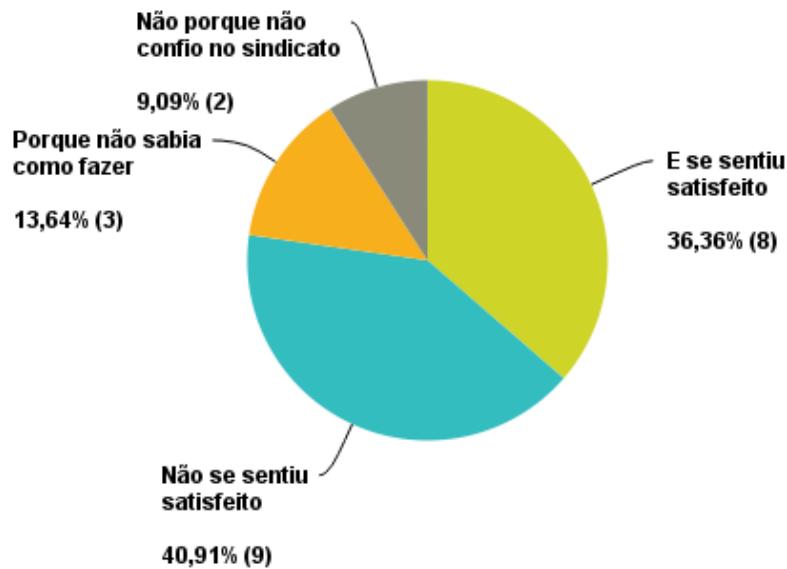


Figura 8 - Avaliação pessoal sobre essa experiência

As figuras 4,5,6 e 7 mostram as informações sobre associação sindical. Podemos observar que no geral 96% dos pesquisados não tem nenhum tipo de associação sindical. Dos 4% que se declaram sindicalizados, mais da metade era filiado de associações profissionais de diferentes tipos, 33% de sindicatos comerciais e 13% de sindicatos da indústria. Quando questionados se já haviam ação do sindicato como representante nas relações trabalhistas os dados são bem significativos: apenas 20% declararam que sim, e destes 40% declararam que não se sentiram satisfeitos com a ação do sindicato, e 9% não se sentiram porque não confiavam no sindicato. Dessa forma é extremamente importante observar que existe uma relação de representatividade fraca, não somente existe pouca taxa de filiação entre os pesquisados, como também pouca confiança na ação do sindicato na representação de interesses. [Walter Arno Pichler](#) em um artigo comentou que nos anos 2000 (durante os governos do PT), existiram dois subperíodos. Entre 1999 e 2006 o número de associados a sindicatos aumentou em 5,1 milhões de pessoas, aproximadamente, e a taxa de sindicalização aumentou 2,5 pontos percentuais, passando de 16,1% para 18,6%. Finalmente, em 2007, se iniciam uma desaceleração e queda no crescimento do total de associados, o que repercutiu negativamente na taxa de sindicalização. Entre 2007 e 2011 houve um recuo no número de associados (queda de 547,7 mil pessoas), quanto na taxa de sindicalização – queda de 1,4 ponto percentual. Ou seja, entre os pesquisados que participaram dos protestos a taxa de sindicalização era de 4% contra 16% da taxa de sindicalização nacional.

Podemos dizer então que a associação sindical expressa também a mesma tendência à marginalidade estrutural; os manifestantes no geral estão dentro de um grupo que está fora da estrutura de representação das organizações sindicais, de forma que não existe assim uma relação direta entre sindicalização e comportamento político, por exemplo, a participação em protestos de reivindicações coletivas.

## 2. Experiências discriminatórias e repressivas

Aqui apresentamos o resultado de questões referentes à vivência de atos de repressão no local de trabalho e de forças de Estado, bem como a percepção da discriminação sexual, religiosa e de renda antes de 2013.

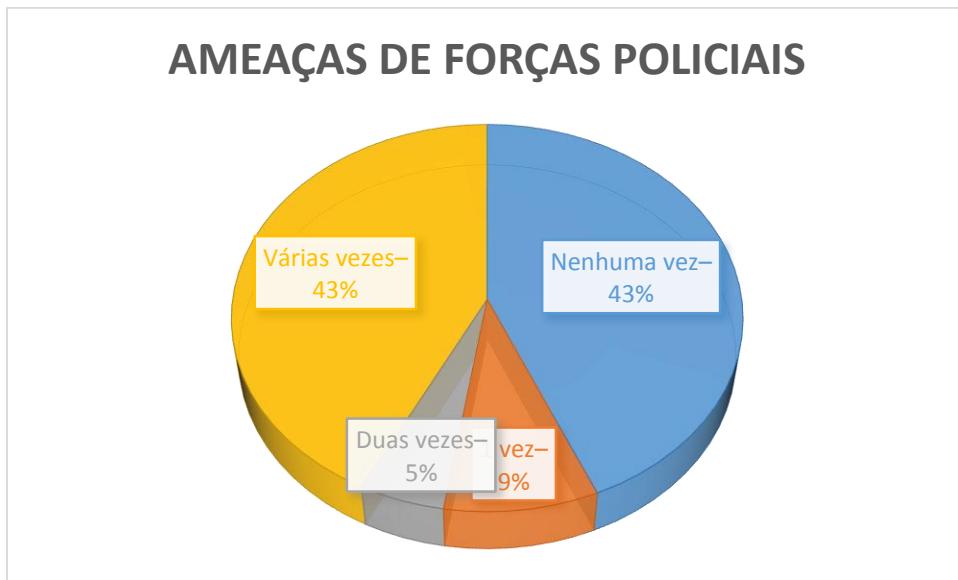
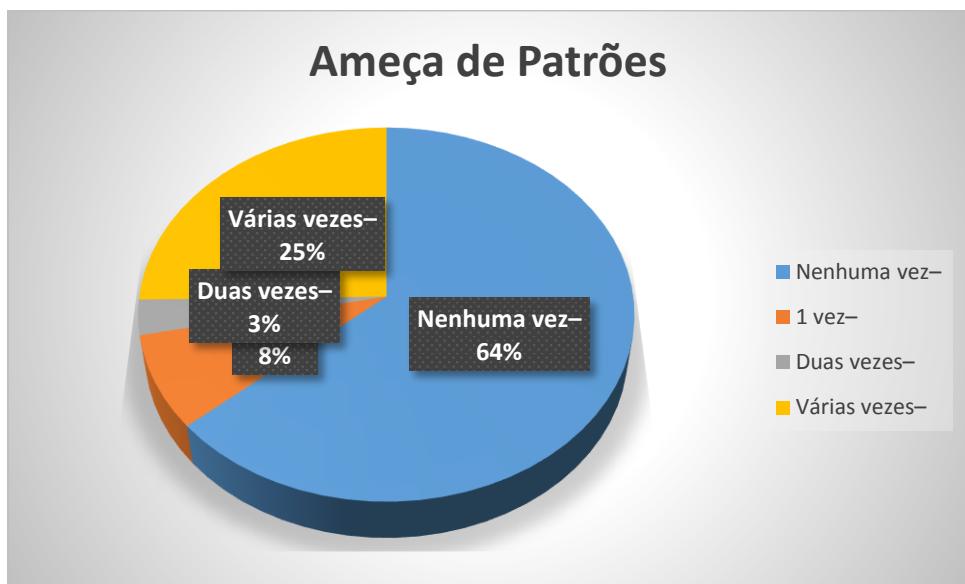


Figura 9 - Ameaças de forças policiais



*Figura 9 - agressão policial*



*Figura 10 - Ameça de Patrões*

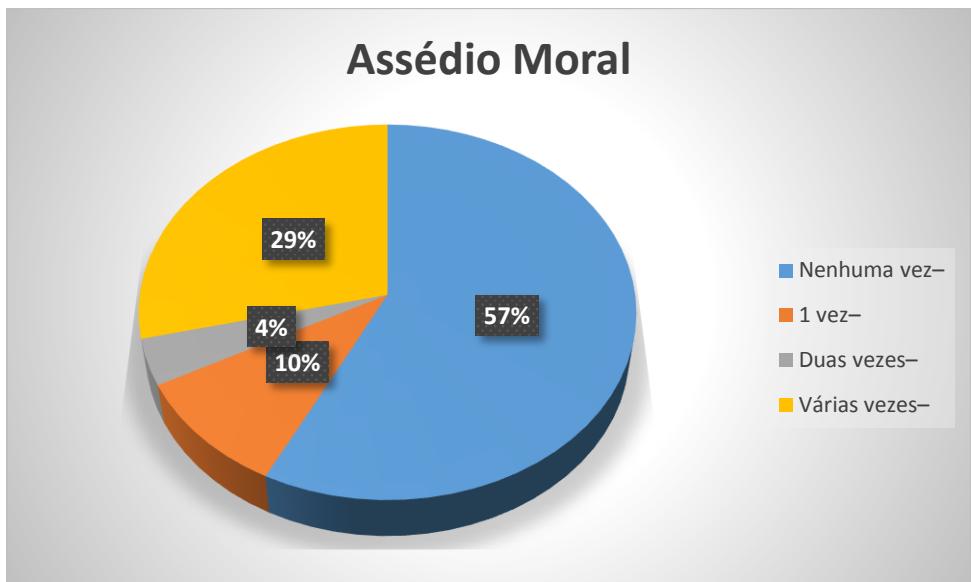


Figura 10 - Assédio Moral

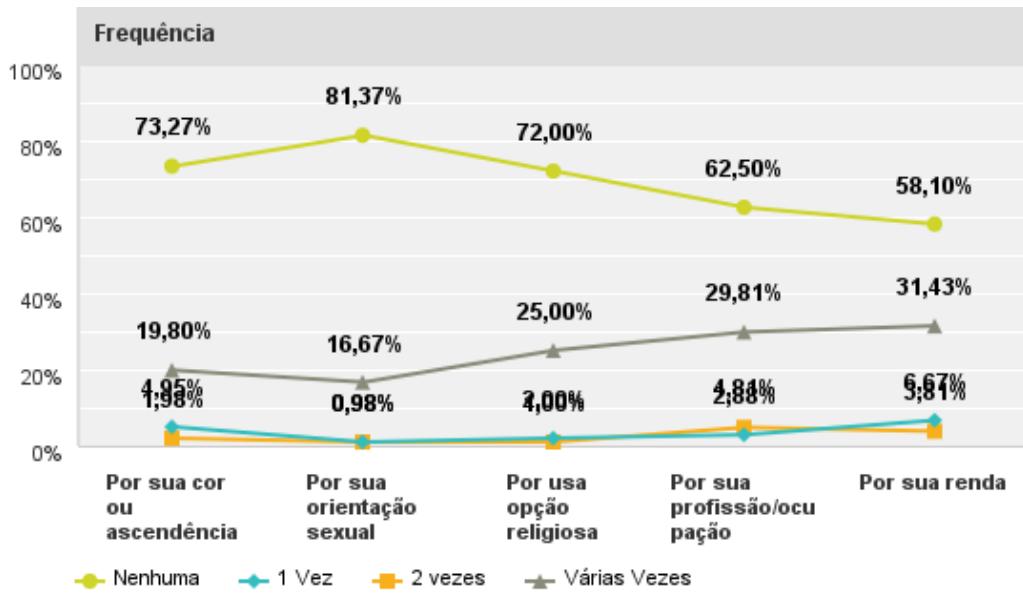


Figura 11 - Você foi discriminado por

As figuras 8, 9, 10, 11 e 12 mostram exatamente essa experiência de discriminação e repressão. 57% declararam ter sofrido ameaças de forças policiais e 37% sofreram, além de ameaças, agressão policial. Esses dados mostram que existe nessa geração uma grande sujeição a práticas violentas e repressivas dos aparelhos de Estado. Se levarmos em consideração que 57% dos pesquisados se declararam brancos e 36% negros, vemos que a experiência dessa violência é generalizada e transcende em certa medida os limites do racismo. Quando consideramos os casos de experiência de violência no local de trabalho os números também são altos. 36% sofreram ameaça de patrões pelo menos 1 vez, e 25% foram ameaçados várias vezes. Quando

se trata de assédio moral (ameaças indiretas, pressão psicológica) o número daqueles que a sofreram pelo menos uma vez sob para 43%. Isso significa que um grande número de pesquisados sofre uma repressão intensa no local de trabalho, e essa repressão se amplia quando deixa de ser direta e passa a ser discreta, alcançando quase metade dos pesquisados. Por fim, uma última questão sobre experiência de discriminação por razões de cor/ascendência, orientação sexual, religião, ocupação e renda. A discriminação racial alcança 26% dos pesquisados, e se observarmos que 36% desses são negros, significa que mais da metade dos negros sofreu discriminação várias vezes. A discriminação sexual (18%) e religiosa (28%). Mas o que podemos observar é que a discriminação por ocupação atingiu 37,5% dos pesquisados e a discriminação por renda 42% dos pesquisados.

Temos assim uma experiência muito generalizada da repressão e discriminação. Seja em espaços públicos, sujeitos à ameaça e violência policial, seja no local de trabalho, por meio de ameaças e assédio moral, grande parte dos pesquisados está sujeito à repressão e vivenciou diferentes modos de discriminação.

### **3 – Visão sobre violência dos dominados e motivações subjetivas da ação coletiva**

Aqui apresentamos a visão dos pesquisados sobre o “vandalismo” (atos de violência dos manifestantes) e também as opiniões políticas sobre organizações surgidas depois dos pretextos de junho.



Figura 12 - Sobre destruição de bancos antes de 2013

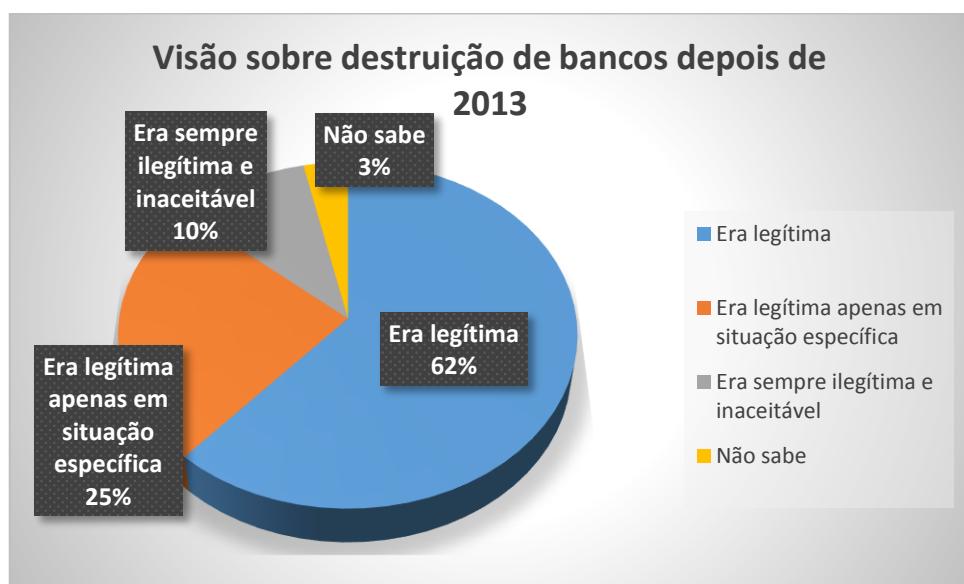


Figura 13 - Sobre destruição de bancos depois de 2013

## Sobre destruição de lojas antes de 2013

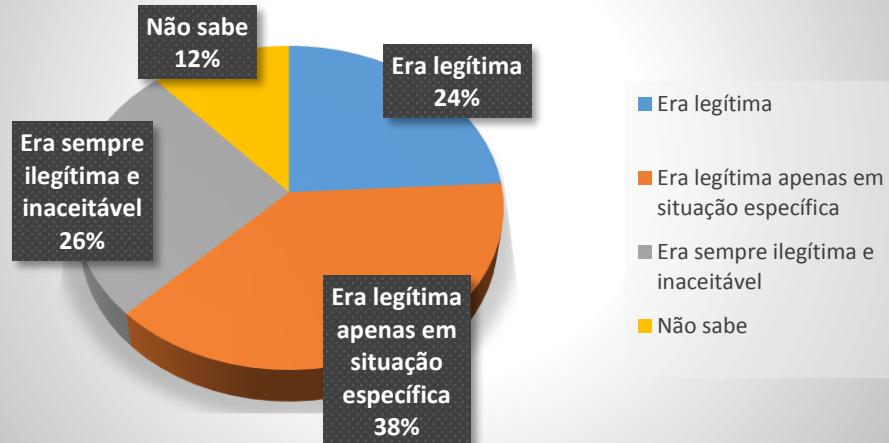


Figura 14 - sobre destruição de lojas antes de 2013

## Visão sobre destruição de lojas depois de 2013

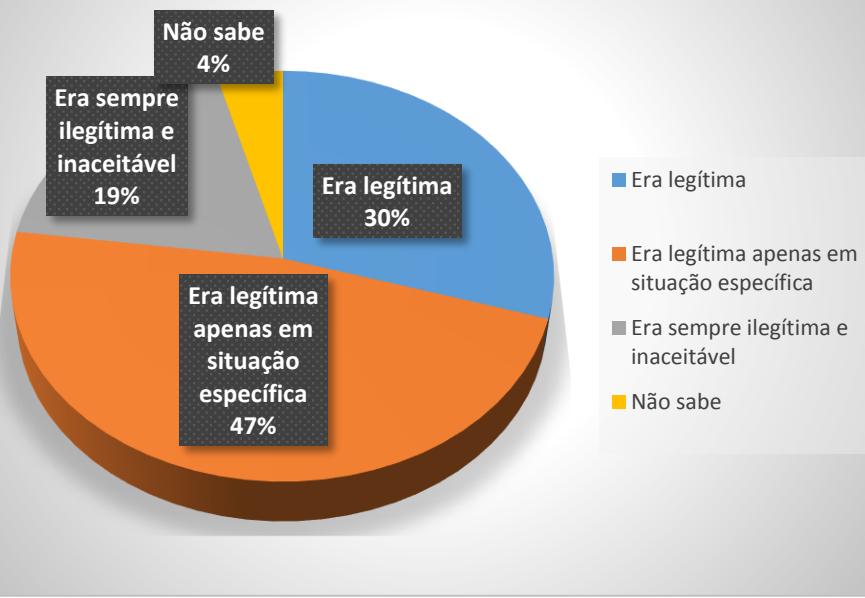


Figura 15 - - sobre destruição de lojas depois de 2013

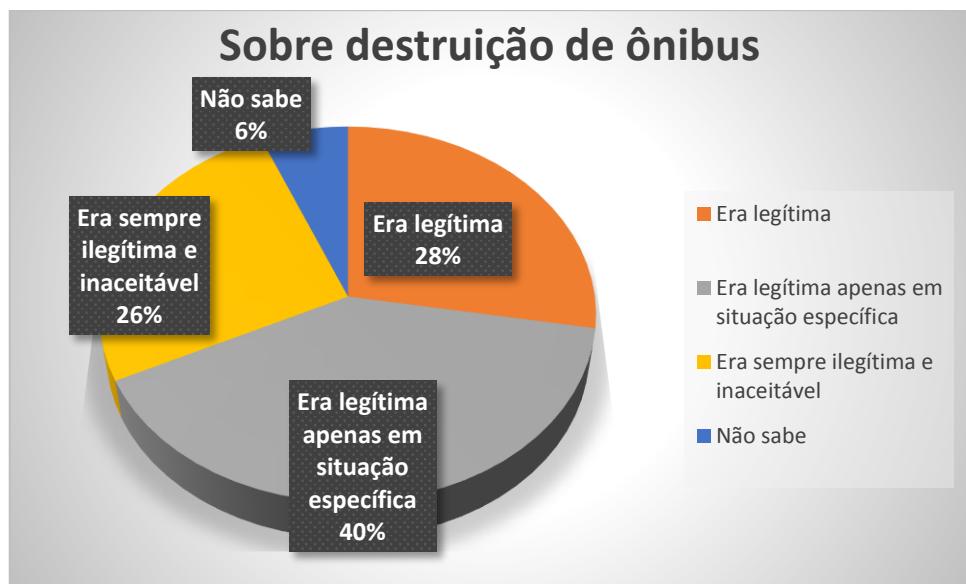


Figura 16 - sobre destruição de ônibus antes de 2013



Figura 17 - - sobre destruição de ônibus depois de 2013

## Destrução de veículos da polícia antes 2013

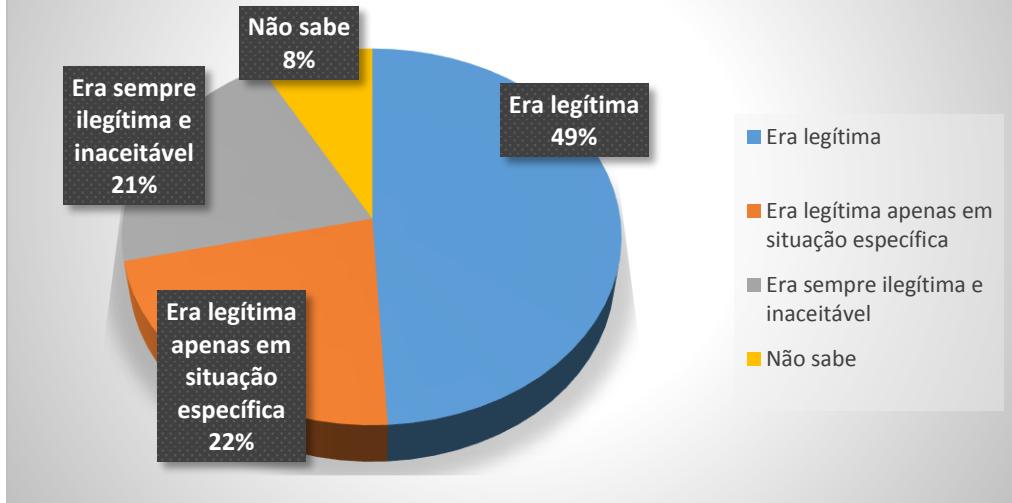


Figura 18 - Sobre destruição veículos policiais antes de 2013

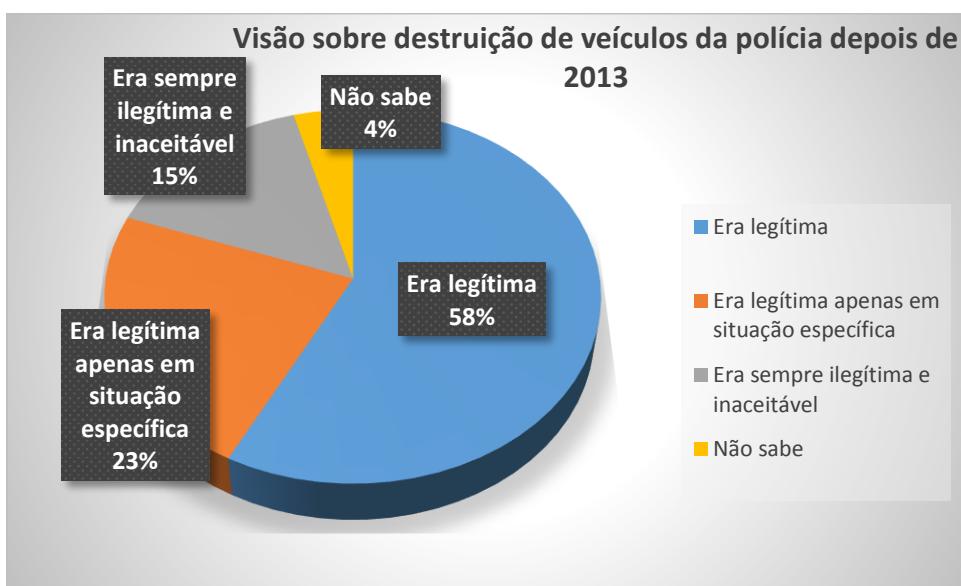


Figura 19 - Sobre destruição veículos policiais depois de 2013

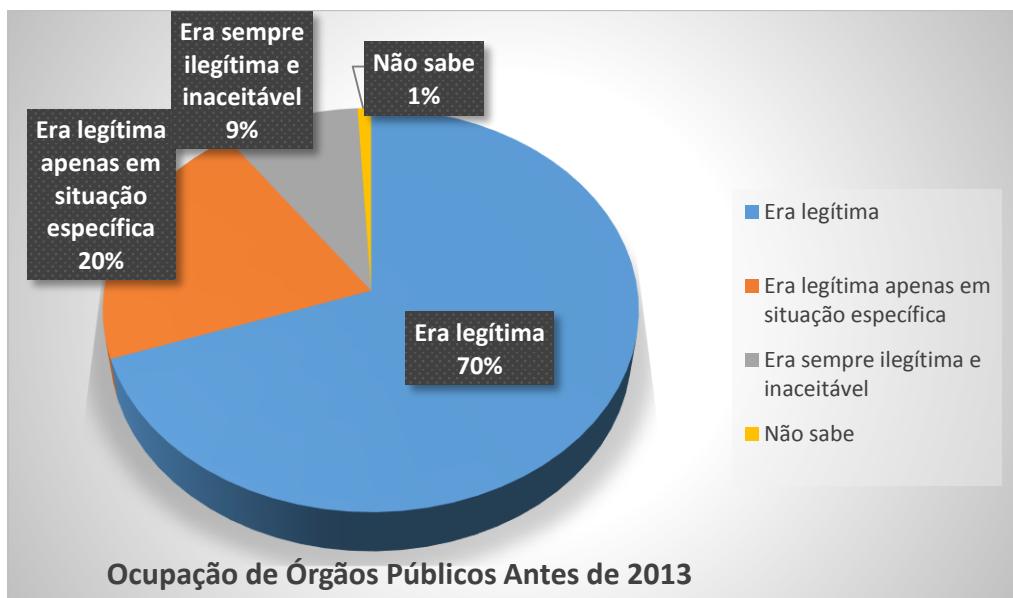


Figura 20 - Sobre ocupação de órgãos públicos antes de 2013

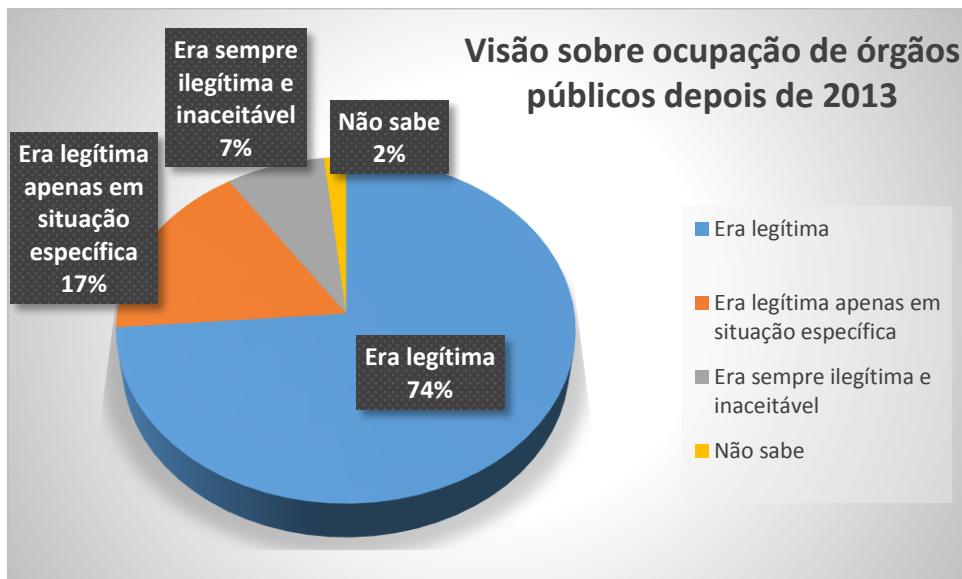


Figura 21 - Sobre ocupação de órgãos públicos antes de 2013

As figuras 12 e 13 mostram a opinião dos pesquisados sobre a destruição de bancos. Podemos ver que antes de 2013 76% consideravam que a destruição poderia ser legítima sobre determinadas circunstâncias, e isso número sobe para 87% depois dos protestos de 2013. Quanto à destruição de Lojas os números eram de 62% antes de 2013 e 77% depois; Ônibus era de 68% antes de 2013 e 76% depois; veículos da Polícia 71% antes de 2013 e 81% depois; Ocupação de Órgãos Públicos 90% antes e 91% depois. Esses dados mostram um crescimento do reconhecimento da legitimidade do uso da violência em protestos, sendo que esses números são mais altos quando os alvos são o sistema bancário e prédios de Governo. O que os dados dizem é que 3/4 dos pesquisados tem uma concepção de violência bem determinada, seja contra

patrimônio público ou privado, o que os protestos de 2013 produziram foi um aumento da ideia da legitimidade da violência popular. Levando em consideração a experiência prévia de repressão e discriminação, podemos dizer que protestos de junho acirraram a ideia de uma violência defensiva, vinculada a motivações sociais. O fato é que os bancos e os órgãos de governo são considerados como alvos legítimos da destruição e violência popular.

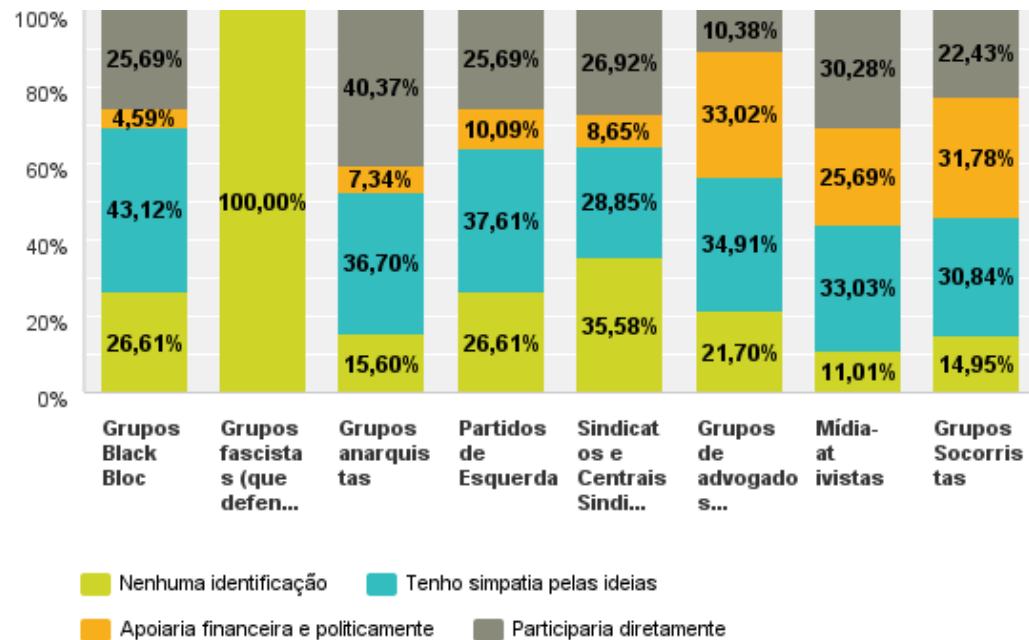


Figura 22 - Tipo de forma organizativa com que mais se identificou depois de junho de 2013

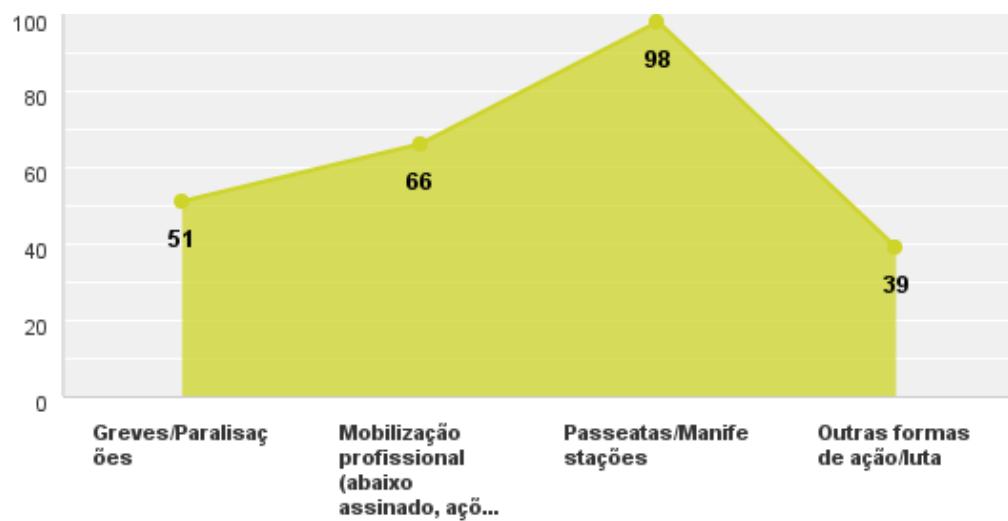


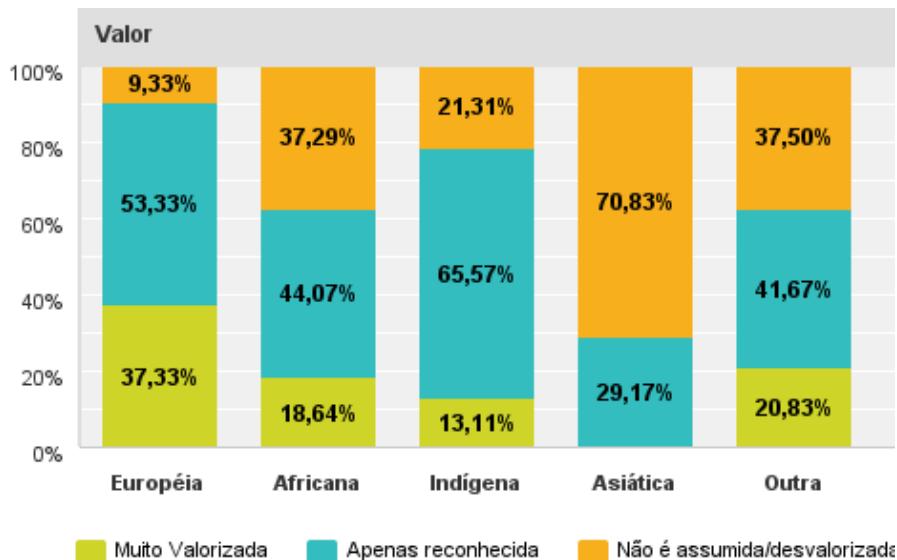
Figura 23 - Depois de junho de 2013 você participou

Os dados sobre identificação político-ideológica também foram bem significativas; quando consideramos aqueles que tiveram simpatia pelas ideias ou figura vemos que 73% declararam

ter algum tipo de identificação com os Black Bloc; 100% não tem nenhuma identificação com grupos fascistas; 84% declararam ter algum tipo de identificação com grupos anarquistas; 73% declararam ter algum tipo de identificação com Partidos de Esquerda e 64% para Centrais Sindicais; 79% se identificaram com grupos de advogados, 89% com grupos de midiátivistas e 85% de socorristas. Dessa maneira vemos que os pesquisados não têm contradição em se identificar simultaneamente com grupos anarquistas, Black Bloc e Partidos de esquerda. Isso nos diz muito sobre a mentalidade dos pesquisados e dos manifestantes, para quem a polarização e a marginalidade, bem como um “*ethos combatente*” é mais forte do que propriamente uma definição de filiação partidária, organizacional e ideológica. A diferença fundamental está na disposição para ação; os grupos anarquistas são aqueles que receberam maior declaração de uma possível participação direta (40% dos pesquisados) contra 25% dos Black Bloc, Partidos de Esquerda, Sindicatos. Depois dos grupos anarquistas aqueles que mais atraem uma eventual participação são os coletivos de midiátivistas com 30% de declaração. Dessa maneira, a visão política dos manifestantes é complexa, não há uma opção fechada, nem se concebe uma contradição entre a simpatia por ideias que pertencem a diferentes tradições ideológicas. Ao mesmo tempo se delineia uma tendência pós-junho de revitalização de interesse pelo anarquismo.

#### **4 - Cultura e visão de mundo**

Aqui apresentamos alguns elementos sobre identidade étnico-racial, valores e atividades de sociabilidade dos manifestantes. Destacamos aqui informações especialmente sobre o tipo de atividade, os gêneros musicais e os meios de socialização.



*Figura 24 - ascendência reconhecida e valorizada na família*

A figura 24 mostra o resultado do questionamento acerca da valorização da origem étnico-racial de acordo com grandes categorias (europeia, africana, indígena, asiática). Os dados mostram que existe uma hierarquia de valorização e reconhecimento, sendo a origem europeia muito valorizada em 37% dos casos; depois a origem africana é muito valorizada em 18% dos casos e a indígena em 13%. É interessante observar que não as identidades não assumidas/desvalorizadas a africana é a primeira com 37%, depois a indígena com 21% e europeia com 9%. Isso significa que no contexto doméstico dos pesquisados existe ainda uma hierarquia simbólica entre grandes categorias de identidade em que a identidade europeia ocupa uma posição superior. Por outro lado devemos observar também que para a maioria as identidades étnicas são apenas reconhecidas, mas não são objeto de valorização ou desvalorização no ambiente doméstico. O que os dados sugerem então é uma persistência do mito da democracia racial e do eurocentrismo, com o reconhecimento de uma ascendência tripla (indígena, africana, europeia) com centralidade do elemento europeu, mas ao mesmo tempo um enfraquecimento do sentido dessas identidades étnicas.

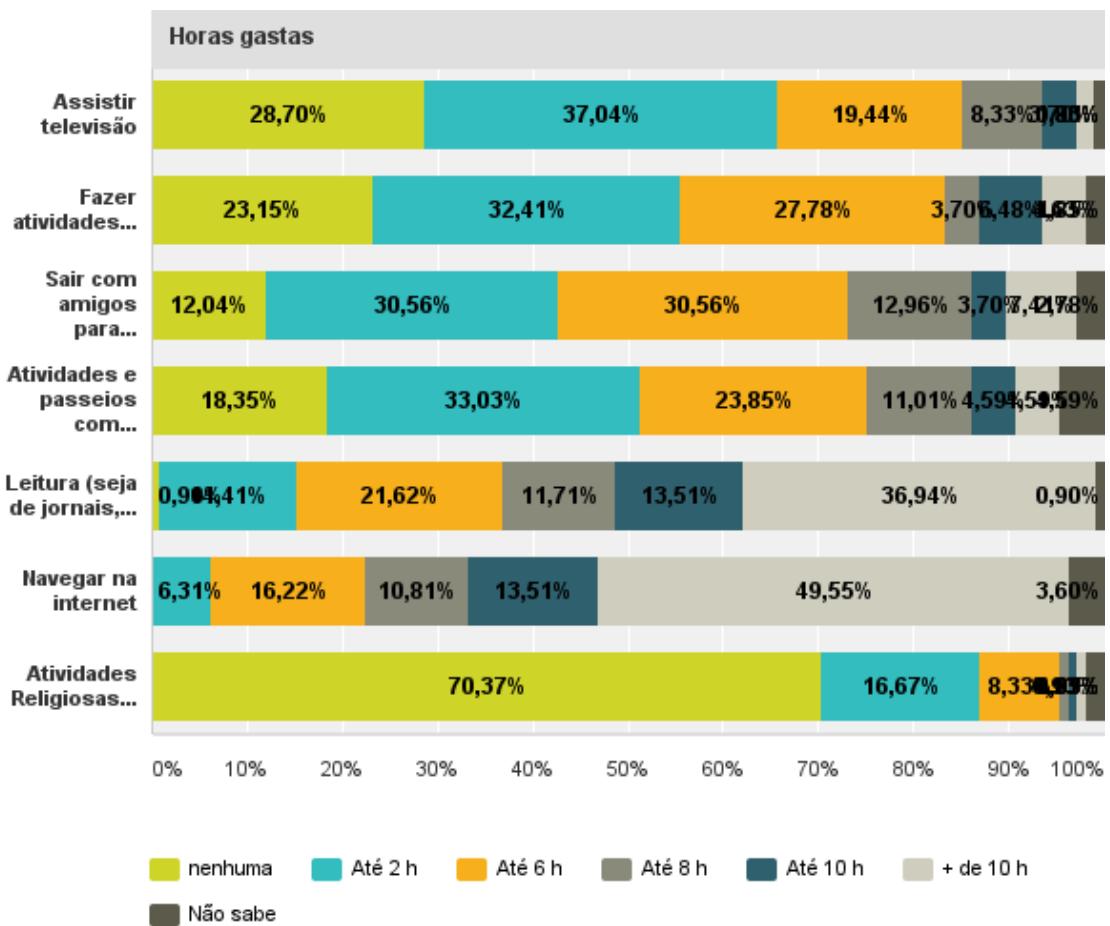


Figura 25 - horas você gasta com as seguintes atividades por semana

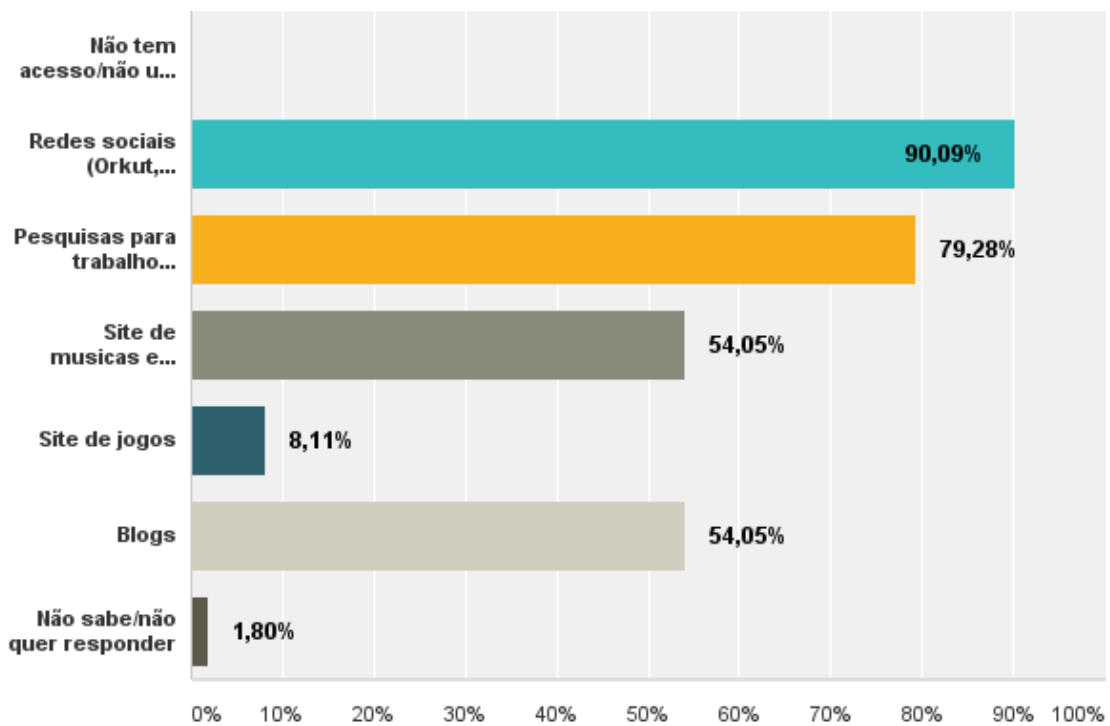


Figura 266 - sites mais acessados

As figuras 25 e 26 mostram as opções culturais em termo de identificação e atividades. Se considerarmos as atividades de 0-2horas como atividades pouco importantes, as de 2-8 como atividades de importância média e de 10 ou mais como atividades muito importante, vemos o seguinte: assistir TV é uma atividade sem importância para 65% dos pesquisados ou de importância média para 28%; atividades esportivas e físicas é pouco importante para 55% dos pesquisados e de importância média para 30%; atividades de sociabilidade com amigos pouco é importante para 42% dos pesquisados e de importância média para 34%; atividades com familiares é pouco importante para 51% de importância média para 34%; mas com a atividade de leitura é que temos uma inversão, ela é de importância média para 33% é muito importante para mais de 50%; navegar na internet é de importância média para 27% e mais importante para 66% dos pesquisados; a atividade religiosa é pouco importante para 87% dos pesquisados. Dessa forma o que os dados mostram é que a atividade na internet ocupa um lugar mais importante em termos de dispêndio de tempo, mas as atividades de leitura. A figura 26 complementa de forma bem significativa os dados anteriores; as redes sociais com 90% são os sites mais acessados, mas 80% usam a internet para pesquisa de trabalho ou estudo seguida por blogs e sites de música. Isso significa que se de um lado o uso da internet se dá para fins de sociabilidade (por meio das redes sociais), ele também é um meio de trabalho e autodidatismo importante. Devemos considerar então que o uso da internet alcançando o espaço de atividade mais importante entre os pesquisados, não pode ser reduzida à sociabilidade mas deve ser considerada também como um meio de trabalho/estudo entre os pesquisados. Isso modifica radicalmente a tese da determinação das “redes sociais” sobre o comportamento coletivo. O uso da internet é diferenciado, mesmo que as redes sociais tenham uma importância fundamental.

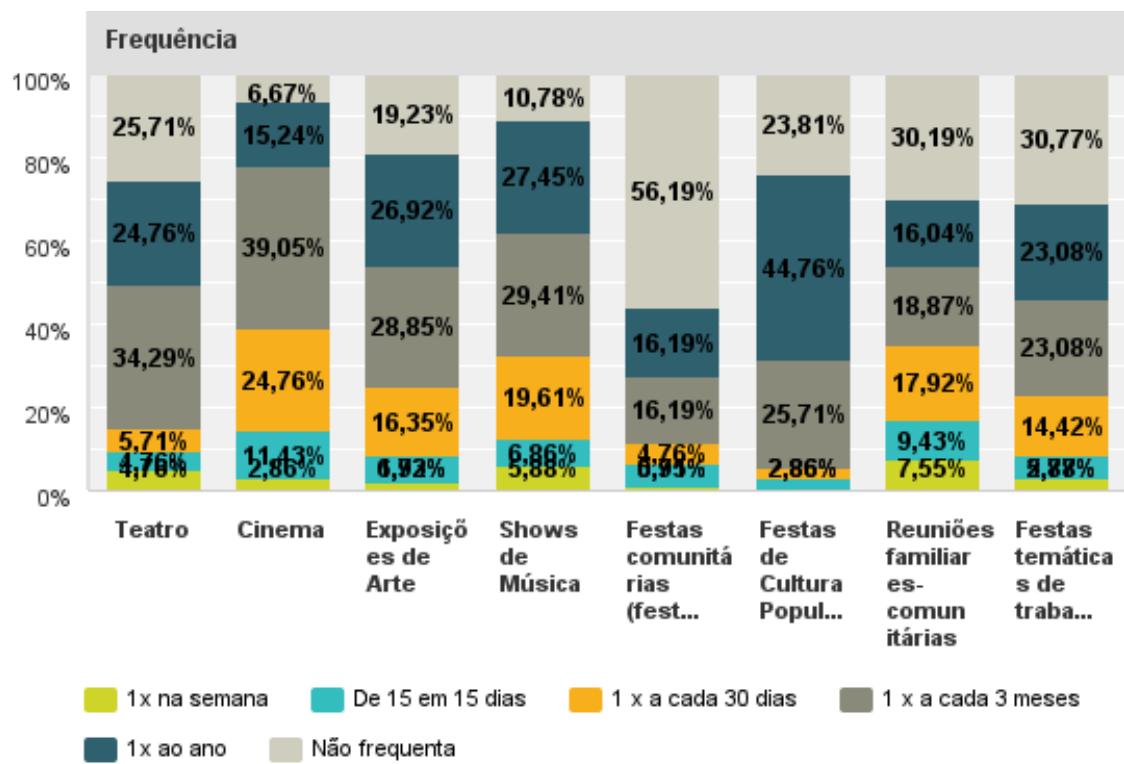


Figura 277- Frequência de participação nas atividades culturais

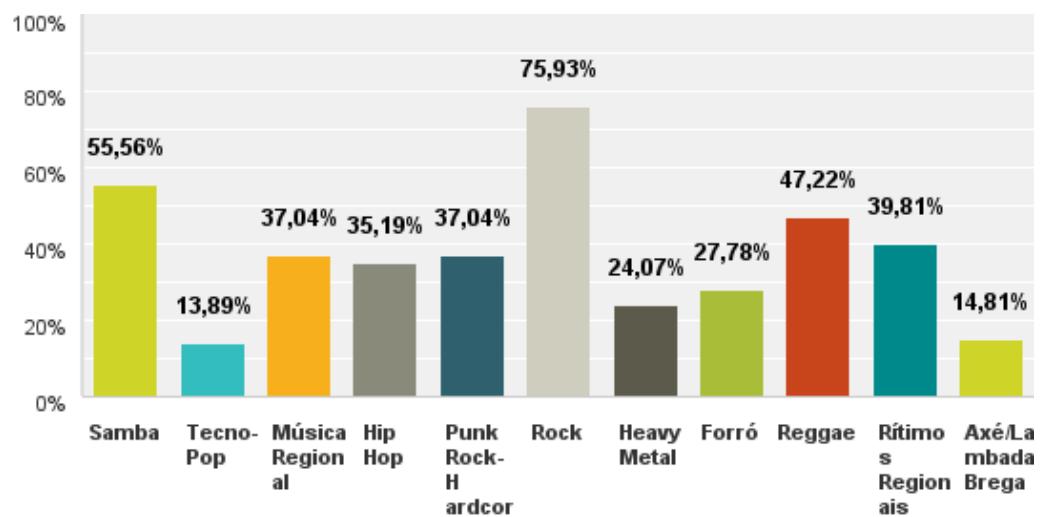
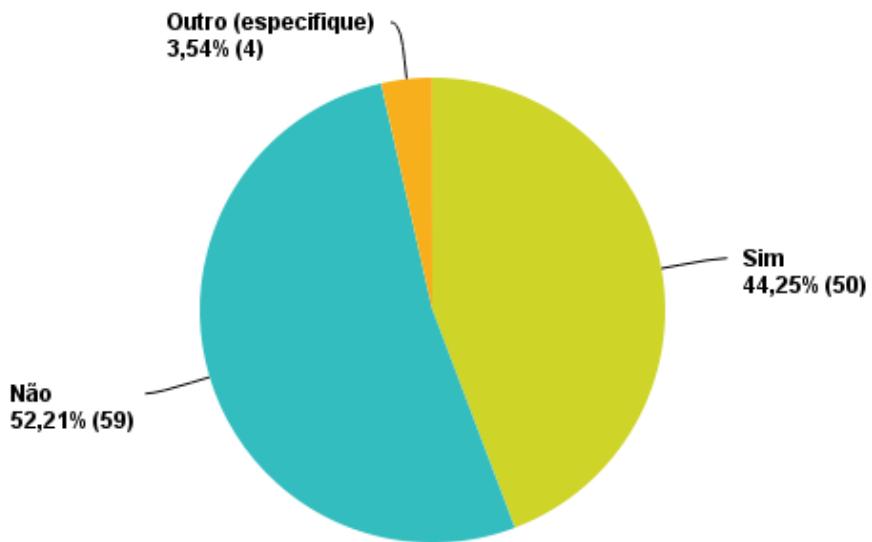


Figura 288 - Opções musicais



*Figura 299 - Participa de algum grupo/movimento cultural ou contra cultural*

As figuras 27, 28 e 29 tratam do tipo específico de subcultura dos quais os pesquisados participam. Considerando como poucas as atividades que tem frequência de 1 vez ao no ou nenhuma, temos o seguinte diagnóstico: Teatro é pouco importante para 50% e importante para 50%; cinema é pouco importante para 22% e importante para 78%; exposições de arte são pouco importantes para 56% e importantes para 44%; shows de música são pouco importantes para 38% e importantes para 62%; festas comunitárias são pouco importantes para 72% e importantes para 28%; festas de cultura popular são pouco importantes para 78% e importantes para 22%; reuniões comunitárias e familiares são pouco importantes para 46% e importante para 54% e festas temáticas de trabalhadores pouco importantes para 53% e importantes para 47%. Se considerarmos em função do seu caráter individual ou coletivo teríamos o seguinte quadro:

Ordem de Importância	Atividades Individuais	Atividades coletivas
1	Cinema	Reuniões familiares e comunitárias
2	Show de música	Festas temáticas de trabalhadores
3	Teatro	Festas comunitárias e étnicas
4	Exposições de Arte	Festa de cultura popular

Dessa forma podemos observar que o cinema sendo a atividade mais importante daquela que se pode fazer individualmente, enquanto as reuniões comunitárias e familiares são as mais importantes das atividades de natureza coletiva, seguida pelas festas temáticas de trabalhadores. Quando distribuímos então uma ordem de importância temos a seguinte hierarquia de importância nos gêneros musicais:

<b>Ordem de Importância</b>	<b>Cultura nacional</b>	<b>Subculturas internacionais</b>
<b>1</b>	Samba	Rock
<b>2</b>	Músicas e ritmos regionais	Reggae
<b>3</b>	Forró	Punk Rock, Hip Hop
<b>4</b>	Axé/Brega	Heavy Metal
<b>5</b>		Tecno-pop

Podemos observar em primeiro lugar a extrema diversidade; de maneira geral, o que podemos considerar como gêneros integrantes de uma cultura nacional (Samba, músicas regionais, forró, axé/brega) coexistem com o que podemos chamar de subculturas internacionais associadas aos gêneros musicais. De maneira geral, especialmente no caso do Rock, do Reggae e do Punk Rock/Hip Hop, estamos falando de gêneros em que o protesto e a crítica social é um elemento extremamente importante. Nesse sentido, quando observamos a figura 29, 44% dos pesquisados participam de algum tipo de movimento cultural ou contracultural. Ou seja, se considerarmos os dados em seu conjunto podemos observar que essa classe trabalhadora brasileira tem um comportamento cultural diversificado, ela participa não somente de uma cultura nacional hegemônica, mas também de subculturas internacionais que tematizam o protesto (inclusive, o anarquismo, como é o caso do Punk Rock, e a violência como é o caso do Rock, do Hip Hop). Por outro lado, o envolvimento direto em organizações e movimentos culturais e contraculturais é muito maior que o associativismo sindical ou partidário, indicando a importância dessas subculturas internacionais para uma transformação e reinterpretação da cultura nacional hegemônica e da cultura popular. Cabe destacar a importância das atividades/festas temáticas de trabalhadores, que depois das festas familiares, são as atividades coletivas que mais importância tem para os pesquisados. Ou seja, estamos falando de uma classe que tem um comportamento político, eleitoral e sociocultural complexo, mas que tem algumas tendências gerais que foram apontadas pelos dados do presente relatório. Nessas tendências podemos apontar a internacionalização das subculturas, ou seja, a participação em

subculturas internacionais; a marginalização das subculturas, ao invés de serem subculturas que se supõe integradas na “cultura nacional”, são culturas de protestos, marginais e pouco valorizadas, que tematizam a revolta, a violência e o mundo “da periferia”. Esse duplo componente da marginalização e internacionalização dá outro componente às relações sociais e ação coletiva.

## 5 – Algumas reflexões sobre cultura, poder e marginalidade estrutural

A nossa proposição é abordar os dados acima de uma perspectiva antropológica. É preciso lembrar que a antropologia, hoje identificada com o estudo de comunidades e grupos locais de pequena escala, teve em sua constituição como ciência um objeto que considerava universal ou mundial, a cultura, evolução ou civilização. O primeiro método constitutivo da disciplina, o método comparativo, visava exatamente integrar dados de uma diversidade mundial de situações e integrá-la numa teoria da cultura, visando explicar as diferenças nessa cultura mundial pelas teses da difusão e/ou invenção independente. Tratava-se aí de explicar a co-ocorrência de itens da cultura e sua identidade, ou ao contrário, o porquê de sua diversidade. Essa abordagem global e totalizante da antropologia foi questionada e substituída pela abordagem empírico-particularista que, se possibilitou uma revolução nos conhecimentos sobre povos e culturas, permitindo um aprofundamento da perspectiva êmica, ela também produziu um efeito reducionista: em grande medida se passou a subestimar o fato de que as culturas locais estavam sempre integradas na história e sistema mundial, de forma que se se perdeu de vista aquilo que o antropólogo Eric Wolf denominou de múltiplas conexões entre os povos e culturas do mundo. Foi com esse ímpeto, de recuperar uma antropologia de processos mundiais, do sistema mundial e das conexões entre culturas que antropólogos como Julian Steward, Eric Wolf, Leslie White, Richard Adams – nos EUA – e outros no Brasil como Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto da Matta tomassem como unidades de análise não as comunidades ou grupos de pequena escala, mas o Estado-Nacional, a sociedade, ou cultura nacional.

Mas esse processo não foi isento de contradições. Várias tentativas de tomar unidades sociais de larga escala acabaram incorrendo numa visão normalmente simplificadora, como os estudos de caráter nacional e cultura e personalidade, em que as Nações complexas e heterogêneas eram tratadas como pequenas comunidades homogêneas e os indivíduos como portadores dessa cultura. A análise da cultura aqui proposta precisa então de uma série de

considerações metodológicas para evitar dois tipos de reducionismo, o da homogeneização, que concebe a cultura como unidade não diversificada internamente e desmaterializada; o reducionismo da descontextualização, que não percebe os processos de difusão e intercâmbio cultural em escala mundial.

Nesse sentido, a primeira e fundamental advertência metodológica é o que não fazer na análise da cultura ; em primeiro lugar, não devemos tratar a unidade de análise (seja uma vila de camponeses, um bairro de imigrantes, uma fábrica, um grupo social qualquer, ou ainda um Estado nacional ou uma região transnacional) como homogênea e os povos como meros aplicadores ou realizadores da cultura entendida como norma, consciência exterior ou inconsciente que comandaria, de forma maquinica, sua ação. A segunda advertência é que consideramos a cultura como atividade objetivada/subjetivada e objetivante/subjetivante, ou seja, ela nunca é meramente imposta e sua relação com um sujeito não é meramente coercitiva (como no modelo “os vivos são governados pelos mortos” do positivismo, indicando o domínio absoluto da tradição), nem a cultura é necessariamente a expressão da vontade individual e coletiva, ela pode ser um ato de poder e autoridade. Logo ela implica uma relação ambígua de exteriorização e interiorização. Por fim a cultura é apenas um de múltiplos fatores a determinar a ação social e sua determinação é relativa e contrabalançada por diversos outros fatores, ecológicos, econômicos, políticos, de maneira que não é possível entender a cultura em si e somente por si, mas é preciso entender a cultura no quadro ou série de relações plurais e contraditórias e historicamente determinada.

Chegamos então ao momento de poder definir um conceito de cultura que atenda aos critérios acima estabelecidos e que nos permita refletir sobre a cultura na sociedade capitalista e sua relação com os conflitos de classes. Entendemos a cultura em geral como um conjunto historicamente e socialmente situado de processos simbólicos. A nossa unidade de análise aqui pode ser definida como a cultura nacional, pois o seu quadro de referência é a estrutura do Estado nacional e da Nação. Essa cultura pode ser considerada como internamente diversificada em função de determinadas clivagens que a constituem, assim como a própria sociedade. A cultura nacional tem uma contradição interna insolúvel: 1) é uma cultura que emerge de uma sociedade complexa, diversificada e de larga escala, com uma multiplicidade de grupos sociais e culturas que estão englobadas nela 2) é uma cultura imaginada como de uma comunidade homogênea e de pequena escala, como se todos os seus membros pudessem ter unidade de pensamento e valores. O Estado nacional, as classes dominantes e elites dirigentes concebem então a cultura nacional como forma de dar expressão a coesão da própria sociedade nacional. Mas essa contradição então gera uma clivagem dentro dessa cultura nacional entre o que

podemos chamar de uma cultura dominante ou hegemônica e uma cultura popular ou subalterna, que guardam em si diversas ambiguidades: a cultura popular, produzida em parte pela difusão dessa cultura hegemônica imposta pelo estado-nação, expressa a diversidade que a cultura nacional tenta eliminar e que impede de se retratada na sua forma dominante; a cultura popular, no sentido aqui considerado, é uma invenção independente a partir de itens culturais impostos e fornecidos pela cultura hegemônica; se a cultura nacional hegemônica, representa a autoridade dos dominantes, a cultura popular é a liberdade de invenção dos subalternos que mantém com a primeira unidade contraditória, por meio de relações de complementaridade e antagonismo.

Essa discussão significa, em termos de Brasil, algo muito concreto e importante e que se expressa nos dados dos protestos. Em grande medida, foram elementos dessa cultura nacional que foram objeto de profunda crítica ou questionamento. Quando falamos de cultura nacional no Brasil falamos de um conjunto de processos simbólicos específicos que integram essa cultura, quais sejam: 1) o mito de origem, das três raças formadoras e a democracia racial; 2) o mito da nacionalização pela marcha para Oeste, ou seja, a nacionalidade brasileira foi forjada pela entrada no sertão a partir do litoral, movimento que expressou o distanciamento em relação à origem europeia é a formação de uma nacionalidade singular pela adaptação local; 3) a unidade linguística em torno do idioma português 4) a identidade ocupacional, no caso definida pela atividade artística – o samba e o futebol, que caracterizaria a sociedade brasileira; 5) a personalidade cordial e da ordem, ou seja, a concepção de que existe uma mentalidade média do brasileiro que se identifica com a autoridade. Todos esses processos simbólicos considerados em seu conjunto seguem as condições para definição de um "perfil": a nação tem um mito de origem, suas atividades que definem seu "caráter nacional" são de natureza artística e festiva, sua unidade é viabilizada pela língua e a personalidade media do indivíduo, sendo tal personalidade pacífica e obediente à autoridade. Ou seja, esses processos simbólicos visam definir o tipo de sociedade e de indivíduo considerado como legítimo ou representativo da nação. Essa cultura nacional tem uma organização social diversificada e instrumentos de difusão abrangentes e complexos: as diferentes elites e oligarquias regionais, as diferentes ordens religiosas e grupos econômicos, sistemas escolares e instituições repressivas e administrativas, todas foram desenvolvendo e impondo essa cultura hegemônica. Certamente interpretações particulares dentro desta organização social permitiram o surgimento de diferentes subculturas dominantes. Mas o que queremos registrar é que a sociedade nacional foi então construída por esse processo de imposição de uma cultura nacional como instrumento de coesão social

(Morgan, 1980 [1877]; Da Matta, 1982; Lopes, 1996; Ronaldo Helal, Soares *et al.*, 2001; Julianotti, 2002; Wolf, 2005; Murad, 2007).

A cultura nacional brasileira é uma agregação de processos simbólicos de diferentes origens. Assim como toda cultura nacional, ela é uma composição híbrida de símbolos, ideias e representações que foram incorporados e significados dentro do Estado nacional por meio de processos de difusão e invenção. No caso dos processos simbólicos constitutivos nós podemos falar que todos eles em alguma medida foram produzidos por meio de uma combinação de difusão e invenção independente. O conceito de ordem como valor absoluto tem suas raízes no conceito de autoridade colonial portuguesa, mas será renovado pela influência do positivismo republicano francês. Essa ideia de ordem e seu correlato, a personalidade pacífica, tem raízes em diversos símbolos da sociedade colônia portuguesa difundidos no Brasil por meio do colonialismo e de suas tradições, especialmente o conceito de hierarquia. A introdução do liberalismo francês e do positivismo renovou esse conceito de ordem, associado ao universo do racionalismo e do cientificismo, o que moldou as subculturas das elites dirigentes, especialmente dos militares. Logo, o conceito de ordem como valor moral nacional tem suas raízes na difusão de ideias do colonialismo português e do liberalismo francês.

O mito de origem da Nação, das três raças formadoras também pode ser remontado a uma dupla origem. De um lado, as autoridades do Brasil Império desenvolveram várias críticas ao racismo científico, especialmente as ideias do Conde de Goubineaut, que entediam pela inviabilidade de estados da América, especialmente do Brasil, em razão da miscigenação racial e da inferioridade dos povos africanos e indígenas. Essas ideias desenvolvidas pelas elites nacionais precisavam negar o racismo e afirmar a viabilidade do estado e da sociedade nas periferias da Europa, era um interesse de Estado, especialmente dos Novos Estados ter uma doutrina de justificação. Daí a valorização do elemento indígena como brasileiro originário. Mas foi a partir do Estado Novo que a junção dessa ideia de uma Nação singular, composta pelo europeu ambientalizado na floresta e no sertão, pelo indígena e pelo negro ganharam a forma final, com a política de criação da identidade nacional e a tese da “democracia racial” difundida na primeira metade do século XX. Essa ideia foi elaborada em grande medida tomando por modelo as duas ideias elaboradas nos EUA, a ideia de fronteira/marcha para Oeste e o conceito de Melting Pot (cadeirão racial, ou seja, de que a sociedade americana era um espaço em que raças de diferentes origens iriam se fundir). Logo, os dois mitos fundadores da cultura nacional foram elaborados, por invenção, no final do Império como reação a doutrinas racistas que negavam a viabilidade dos Novos Estados. Em grande medida, isso fez com que se buscassem ideias em países como os EUA, e daí vieram ideias como a de Melting Pot e Marcha para Oeste,

e sua difusão para a cultura nacional brasileira. Por fim, a ideia de uma identidade ocupacional artística é o resultado desses processos simbólicos, a identidade em torno da festa e do esporte, do samba e do futebol, coroam o mito da democracia racial (ou harmonia de raças), da ordem como valor e da personalidade pacífica. O samba e o futebol seriam assim a expressão em termos de atividades e festas, desses processos, sua forma mais visível. A ironia então, como já observara Ralph Linton sobre a ideia do “100% americano”, é que grande parte dos itens essenciais da cultura nacional são na realidade internacionais, mas são imaginados como singulares e exclusivos.

Podemos então fazer algumas observações de ordem teórica. As culturas nacionais são elaborações complexas, de longo prazo e se dão num quadro efetivamente mundial. No caso da cultura brasileira, ela foi elaborada nos quadros de relações privilegiadas com os centros de poder mundiais; primeiramente, com o Império Português, que forneceu alguma das matrizes e processos simbólicos, como a unidade linguística e o conceito de ordem como valor, depois re-significado e atualizado pelo conceito de ordem do positivismo francês; com o declínio de Portugal e a descolonização, o Novo Estado manteve relações com outros centros de poder emergentes, como França e Inglaterra. Entretanto, o desenvolvimento do racismo científico no século XIX obrigou a invenção de doutrinas de legitimação dos Novos Estados. Países independentes da América, como EUA, México, Brasil e outros, tiveram de enfrentar esse problema da construção nacional. Assim, os fluxos culturais não são arbitrários ou ocasionais, eles se deram em regiões e relações específicas dentro do sistema mundial. O progressivo deslocamento dos centros de poder da Europa para América e os desafios da luta entre os Estados é um componente fundamental para compreendermos a difusão de certos processos simbólicos. Mas foi na primeira metade do século XX que os EUA torna-se, além de um centro exemplar para as elites e para o Estado brasileiro, um centro de poder e dirigente<sup>1</sup>. Logo, a difusão e os fluxos culturais são relações de significado e de poder. Esses processos simbólicos constitutivos da cultura nacional brasileira são, dessa forma, os modos dominantes ainda presentes na sociedade brasileira e que foram colocados em teste durante os protestos de junho de 2013.

---

<sup>1</sup> Cremos que a noção de centro dirigente e de centro exemplar permitem compreender bem a distinção. Segundo Geertz, um centro exemplar é um lugar simbólico, um modelo de ordem social e cosmológica que encarna os valores de determinado grupo ou sociedade. Assim, podemos dizer que no Brasil acontece um movimento de certas elites em direção ao republicanismo, de forma que a França é um primeiro centro exemplar e depois os EUA, que encarnariam esse modelo. Mesmo antes de serem centros dirigentes ou países hegemônicos nas relações comerciais com o Brasil. Os EUA forneceu já no final do século XIX o modelo do Estado brasileiro, que se chamava Estados Unidos do Brasil, assim como para os Estados Unidos Mexicanos, expressando a ideia de uma descentralização do poder na América.

Por outro lado, a cultura popular é então o produto do encontro e colisão da multiplicidade objetiva da história e sociedade brasileira, com a unidade subjetiva da cultura hegemônica imposta no processo de formação do complexo Estado-mercado nacional. Entendemos por cultura popular essa região de negociação e fricção que mais ou menos todos os grupos e regiões adentraram graças à história do colonialismo, do capitalismo e do sistema mundial. A cultura popular, por ser a cultura dos subalternos, é uma cultura que tem em si elementos ou processos simbólicos da cultura hegemônica. Ao contrário da cultura hegemônica, ela não pode ser reduzida e identificada em seus processos simbólicos, mas pode ser percebida por duas estratégias simbólicas: a invenção independente ou interpretação e a inversão simbólica. Esses processos fazem com que culturas locais (de grupos étnicos, camponeses, grupos profissionais) sejam colocados na história e cultura nacional e aí se apresentem como subculturas populares por interiorizarem o mito, a língua ou outros elementos da cultura nacional. Logo, a unidade da cultura popular e se dá em sua diversidade, em subculturas que realizam invenções e inversões simbólicas e não pela singularidade ou pureza. Podemos citar alguns exemplos, o caso dos índios Terena, eles desenvolveram a interiorização do conceito de nação, de forma que eles se concebem como “índios brasileiros”. O hino nacional, as cores do Brasil e a bandeira nacional foram incorporadas a seus rituais. Mas ao contrário disso significar sua assimilação na cultura nacional, os índios desenvolveram uma narrativa da legitimidade da ocupação das terras por eles em função do seu lugar na história nacional. Segundo essa narrativa, os índios Terena por serem brasileiros, participaram da guerra do Paraguai defendendo o brasil, e por isso eles têm direito a ocupar suas terras tradicionais e devem ser reconhecidos como tão importantes para a história do Brasil. A pesquisadora Raquel dias Teixeira, falando do cavalo marinho (festa dos agricultores afrodescendentes da zona da mata pernambucana) tem essa mesma característica. O cavalo marinho é um folguedo popular integrante das atividades religiosas do natal. Seus personagens refletem a sociedade colonial da Zona da Mata Nordestina: alguns representam a presença negra na economia da cana; outros representam o grande latifundiário, dono do engenho; o soldado é o elemento opressor a serviço do poder político, além de entidades de religiões afrobrasileiras. Assim, existe uma representação dentro do ritual que permite que os personagens e as narrativas falem da sociedade colonial, mas não somente dela, mas da experiência de subordinação, de forma que os representantes do poder colonial e também dos proprietários rurais sejam ridicularizados e criticados dentro do ritual. Mesmo dentro dos processos de cristianização, vemos a introdução de religiões afro-brasileira. As festas do cavalo marinho foram criminalizadas e perseguidas durante o império pois eram ocasiões propícias a rebeliões de escravos. Hoje elas servem para expressar uma valorização do negro e questionar o racismo e tem um espaço dentro da cultura

nacional<sup>2</sup>. No ritual temos expressas interpretações que inventam uma narrativa local que falam criticamente das experiências da escravidão e do racismo, invertendo a lógica da invisibilização da discriminação pela visibilização da mesma. O que queremos dizer é que a cultura popular é complexa e diversificada, que opera por meio de invenção e inversão, a cultura popular transforma e inverte os processos simbólicos constitutivos da cultura hegemônica.

Essas subculturas populares também não estão contidas nas fronteiras da cultura e do Estado nacional. Na realidade, se considerarmos a formação dessa cultura popular, ela é realizada por processos de difusão de culturas africanas em escala internacional, que acompanharam o tráfico de escravos; o mesmo se pode dizer das culturas ameríndias, todas elas fragmentos de sistemas sociais maiores que seriam hoje transnacionais ou regionais, no sentido que não estão contidas nas fronteiras do Estado nacional, mas sim integrantes de áreas culturais, como é o caso dos Terena que fazem parte em certa medida de uma área cultura Chaqueña, que inclui grupos do Brasil, Paraguai e Bolívia. Dessa forma, a cultura é permeada por relações de poder, imanentes a ela, sob a forma de poder simbólico. Logo, as relações do que estamos chamando de cultura nacional, se dá no quadro dessa clivagem, que gera toda uma série de fricções, negociações e ambivalências. Para compreendermos a multiplicidade de formas possíveis da cultura popular, devemos situá-la no quadro da história da formação histórica da cultura nacional.

Essas reflexões são importantes para podermos ler os dados com o profundo significado que eles podem ter. Assim, quando falamos de um crescimento da aceitação da violência contra instituições governamentais e o capital bancário, como os dados nos mostram, estamos falando de uma ação e orientação que entra em choque e nega as crenças e representações enraizadas na cultura hegemônica pelos seus processos simbólicos centrais. A violência contra o Estado, os órgãos de poder, os bancos negam assim a imagem de que o brasileiro tem a ordem como valor absoluto e uma personalidade pacífica ou cordial. Daí as reações do Estado, dos meios de comunicação e mesmo dos Partidos de Esquerda, de tentarem rotular como “minorias”, pois elas não podem ser representativas da Nação e sua personalidade e comportamento. Logo, estamos falando de uma importante luta simbólica que perpassa essas práticas de resistência e visão de mundo dos pesquisados.

O mesmo podemos dizer com relação a importância de novas subculturas internacionais, organizadas especialmente em torno da música, que indicam uma renovação da

---

<sup>2</sup> Hoje o cavalo marinho é parte da política do patrimônio histórico nacional, fazendo assim parte de uma das valorizações da manifestação da cultura negra.

importância da oralidade nos processos de sociabilidade. Se temos no caso das subculturas populares nacionais (como de indígenas e afrodescendentes que serviram de exemplo) estratégias de inversão e invenção simbólica, o mesmo se dá com relação às subculturas internacionais, como as do rock, punk rock e hip hop, que ocupam posições marginais em relação a cultura nacional (elas não têm o mesmo estatuto contraditório de valorização e negação, que por exemplo, elementos da cultura afro-brasileira como o samba). Logo, a participação de um amplo percentual de pesquisados em movimentos/associações de caráter cultural e contracultural indicam exatamente a participação num terreno em que as inversões e invenções simbólicas características da cultura popular se somam à condição de marginalidade dessas subculturas internacionais, em processos de fricção e hibridação cultural entre diferentes subculturas. Isso se torna ainda mais significativo quando levamos em consideração que das atividades de sociabilidade coletivas, depois da participação em reuniões familiares/comunitárias, estão as festas temáticas de trabalhadores, indicando a emergência da importância de formas de consciência de classe. A ambiguidade da cultura popular nacional se soma à posição de marginalidade de subculturas internacionais que são elas próprias difusão de culturas populares de outros países. Assim, a importância da participação em subculturas populares e internacionais está, no nosso entendimento, vinculada diretamente à formação da experiência de marginalidade e violência estrutural e é um dos fatores fundamentais à compreensão da visão de mundo dos pesquisados. Isso irá também se refletir no que podemos chamar de resistência simbólica expressa nos protestos, mas isso é um tema que desenvolveremos em outro relatório.

#### Referências Bibliográficas

Da Matta, R. Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira: Edições Pinakothek. 1982

Giulianotti, R. SOCIOLOGIA DO FUTEBOL: dimensões históricas e socioculturais do esporte  
São Paulo: Nova Alexandria. 2002

Lopes, J. S. L. Sucessos e contradições do futebol "multirracial" brasileiro: Rio de Janeiro: UFRJ.  
Mimeo.[Links] 1996.

Morgan, L. H. A sociedade primitiva. . Lisboa Presença, . 1980 [1877]

Murad, M. A VIOLÊNCIA E O FUTEBOL: Dos estudos clássicos aos dias de hoje  
Rio de Janeiro: FGV. 2007

Ronaldo Helal, A. J. Soares, et al. A INVENÇÃO DO PAÍS DO FUTEBOL: Mídia, raça e idolatria

Rio de Janeiro: Mauad. 2001

Wolf, E. R. A Europa e os povos sem história. São Paulo: EDUSP. 2005